

Passarinho demite o presidente da Funai

Sandra Brasil

Por determinação do presidente da República, Fernando Collor de Mello, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, demitiu ontem o presidente da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães. Segundo Passarinho, a "inoperância" da Funai na demarcação das terras indígenas foi o motivo da exoneração.

No dia 19 de abril, Collor assinou decreto estabelecendo um prazo de 180 dias para a demarcação. "Se consumaram 60 dias sem que nenhuma providência fosse tomada", afirmou o ministro. Ele nomeou para presidir o órgão interinamente, o superintendente geral, Edívio Batistelli, que não tem respaldo entre as comunidades indígenas.

Cantídio foi demitido após ter sido denunciado de abusar sexualmente das índias pelo administrador do Parque Nacional do Xingu, Megaron Txucarramãe. Segundo Megaron, Cantídio tirava fotografias das índias nuas e as exibia no seu gabinete, apresentando-as como "namoradas". Representantes de 70 nações indígenas entregaram a Passarinho,

no Ministério da Justiça, um fax confirmando as denúncias de Megaron e pedindo justamente a exoneração de Cantídio e foram informados que ele já não era mais o presidente da Funai.

Os representantes das comunidades indígenas ainda não têm sugestão de nome para a presidência da Funai. Segundo eles, o substituto de Cantídio deve ser alguém que conheça a problemática indígena. Para Megaron, Edívio Batistelli era assessor de Cantídio e por isso, não pode permanecer na direção da Funai. "Tem que sair junto com Cantídio", afirmou Megaron.

Na manhã de ontem, Collor e Passarinho cobraram de Cantídio os resultados da missão que recebeu há dois meses. Mas, segundo o ministro, o ex-presidente da Funai não conseguiu dar explicações convincentes. Ele disse que a demissão foi consumada por "falta de cumprimento do dever". Passarinho frisou que o novo presidente será uma escolha exclusivamente sua e que a Funai vai precisar recuperar o tempo perdido para fazer a demarcação dos 9,4 milhões de hectares das áreas ianomamis.

A maldição do cocar

Kleber Sampaio

Não se sabe se o ministro Jarbas Passarinho tem conhecimento, mas a maldição do cocar persegue os homens públicos brasileiros a tal ponto que vários deles fogem de índios que querem colocar um cocar na cabeça de um ministro, deputado ou mesmo presidente da Funai. Na campanha presidencial de 1984, o então candidato do PDS, coronel Mário Andreazza, se deixou fotografar com um cocar dado pelos índios do Xingu. Treze dias depois, perdeu a convenção para Paulo Maluf. Nunca mais voltou ao cenário político e acabou morrendo.

Na mesma campanha, Tancredo Neves foi fotografado com um cocar, venceu o pleito mas acabou não sendo empossado. Morreu no dia 21 de abril de 1985 vítima de uma infecção generalizada. O vice, José Sarney, assumiu

(VALDO CAVALCANTI)



Sorridente, Passarinho usa o cocar que, segundo a lenda, é amaldiçoado

e, supersticioso, nunca permitiu que lhe colocassem um cocar.

Exemplo mais recente deu-se na campanha presidencial de 1990 quando o candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, foi fotografado com um cocar. Apesar

de pertencer a um partido que tem até hoje a maior base eleitoral em todo o País, Ulysses perdeu a eleição já no primeiro turno. Fernando Collor, outro supersticioso como Sarney, jamais foi visto com um cocar e o máxi-

mo a que se permitiu foi receber de presente uma borduna dada pelo cacique Raoni.

E o ex-presidente da Funai, Cantídio Guerreiro, antes de assumir o cargo era superintendente da repartição em Mato Grosso onde sempre tinha um cocar por perto. O adorno usado pelos índios é tido nos gabinetes da própria Funai como uma peça que reconhecidamente dá azar. Certamente por comportar penas de aves mortas.

Os sertanistas Álvaro Villas-Boas e Apoena Meirelles, ex-presidentes da Funai, por várias vezes foram vistos recusando a homenagem que índios pretendiam lhes prestar usando um cocar na cabeça. Álvaro, irmão do célebre Orlando Villas-Boas, ensina até hoje que "uma peça indígena merece respeito e nós, brancos, não devemos usá-la". Na Funai, até mesmo alguns índios concordam com a maldição do cocar, mas não sabem explicar as causas. Pelo sim, pelo não, é bom evitar o uso.

Índios fazem denúncias

Além da justificativa oficial de inoperância na demarcação das terras ianomamis, existem outras denúncias contra o ex-presidente da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães. No documento, assinado por 58 representantes das comunidades indígenas, que foi entregue ontem ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, Cantídio é acusado de omissão aos problemas dos índios nas áreas de saúde, educação e projetos produtivos. Os índios agraciaram Passarinho com um cocar após a entrega do documento.

"Só em fevereiro deste ano, morreram dez pessoas no Parque (Parque Nacional do Xingu) por falta de pessoal de saúde, remédios, falta de combustível para transporte dentro da área e falta de aeronave para transporte", denunciam os representantes das comunidades indígenas. Segundo os índios, o ex-presidente da Funai não enten-

dia nada sobre os problemas indígenas.

Cantídio e o ex-presidente da Funai, Romero Jucá, são citados no inquérito aberto por solicitação da Procuradoria Geral da República, para apurar a extração e comércio ilegal de madeira nas reservas indígenas de Rondônia. Segundo o presidente do Conselho Missionário Indigenista (Cimi), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Antonio Brant, lembrou que, quando Cantídio era chefe de gabinete da consultoria geral da república, Clóvis Ferro Costa, concedeu autorização a empresa de mineração Taboca S.A., subsidiada da Parapanema, para utilizar uma estrada aberta ilegalmente na reserva dos índios Vaimiri Atoari.

Desde que assumiu a presidência da Funai, em agosto do ano passado, o suboficial da reserva da Aeronáutica, Cantídio Guimarães, foi rejeitado pelas comunidades indígenas. Na época, o então ministro da Justiça, Bernardo Cabral, frisou que Cantídio era uma escolha pessoal do presidente da República, Fernando Collor. (S.B.)

Garimpeiros serão expulsos

A Polícia Federal anunciou que reiniciará imediatamente a Operação Selva Livre para expulsar da reserva dos índios ianomamis, em Roraima, cerca de três mil garimpeiros que há 60 dias voltaram a ocupar a área. A informação é do secretário de Polícia Federal, Romeu Tuma, depois de receber relatório sobre a nova invasão, identificada nas áreas dos rios Parima, Cajai, Alto Uraricoera e Couto Magalhães.

A primeira Operação Selva Livre foi realizada no governo Sarney, quando Romero Jucá era governador de Roraima. A Funai criou três ilhas de garimpagem dentro da reserva, depois suspensas devido a uma ação na Justiça. Em abril de 1990, o presidente Fernando Collor determinou a retirada dos garimpeiros e a criação de uma comissão para encontrar uma solução definitiva para o problema. Das 64 pistas destruídas no ano passado pelo Tuma, Duzentas pessoas participaram da operação.

Cantídio acusa área econômica

O ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Cantídio Guerreiro Guimarães, demitiu ontem do cargo, responsabilizou a área econômica do Governo pela lentidão no processo de demarcação das terras indígenas. Segundo ele, do total necessário para demarcar 101 áreas este ano, calculado em cerca de Cr\$ 15 bilhões, só foram liberados pouco mais de Cr\$ 117 milhões. "Até agora só foram efetivadas três demarcações devido à falta de recursos", declarou.

Cantídio Guerreiro disse que foi pego de surpresa com o anúncio da demissão feito às 12h de ontem, por telefone, pelo chefe de Gabinete do Ministério da Justiça, Antonio Pojo. Ele atribuiu o afastamento do cargo a pressões do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que estaria dificultando sua atuação, e às denúncias "inverídicas" do administrador do Parque Nacional do Xingu, Megaron Txucarramãe. Megaron encaminhou carta ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, no último dia 14, relatando atos desrespeitosos de Guer-

reiro contra as índias do Xingu.

O original da carta foi enviado pelo MJ à sede da Funai, quarta-feira, mas Guerreiro só teve conhecimento ontem, depois do retorno de uma viagem à área ianomami. "Apesar das denúncias serem infundadas eu não tive sequer o direito de defesa", argumentou. O ex-presidente do órgão, bastante emocionado, afirmou não sair magoado e que nunca teve atritos com o ministro Passarinho, seu conterrâneo e conhecido desde 1963.

Guerreiro ocupou a presidência da Funai de agosto do ano passado até ontem. Em seis meses de gestão só foram concluídas três demarcações, uma na área de Bracuí (RJ), uma em Roraima e outra no Pará. Na sua avaliação o orçamento aprovado pela União para 1990, cujo total é Cr\$ 586 milhões, só é suficiente para demarcar dez pequenas áreas indígenas, enquanto a meta deste ano é de 101. Ele calcula que para cumprir o prazo estipulado pela Constituição Federal, de até 1993 demarcar todas as terras, só

ISAAC AMORIM



Cantídio: demissão telefônica

com a destinação de cem mil dólares.

De acordo com a programação estipulada pela Funai, caso houvesse a destinação de verbas em volume suficiente, no ano que vem poderiam ser demarcadas mais de cem áreas, e em 1993, mais 60. A previsão, no entanto, foi frustrada com demissão e, ontem mesmo, Guerreiro já arrumava as gavetas.